

A busca de um consenso brasileiro

Mangabeira Unger propõe união esquerda-direita, empresário-trabalhador, público-privado

Sandra Nascimento
de São Paulo

Em meio a uma multidão que se dispersava no fim da convenção partidária do PPS, em São Caetano, região do ABC paulista, uma figura insuspeita permaneceu alguns minutos junto ao meio fio, alheia ao vai-e-vem dos militantes.

Naquele domingo, o filósofo Roberto Mangabeira Unger acabava de concretizar “o primeiro passo” — sugestivo nome de seu livro em parceria com o candidato à presidência da República pelo PPS, Ciro Gomes: defensor e militante da tese de que intelectual e agente político devem andar juntos, ele conseguiu transformar suas idéias em programa de governo.

Agora, a um mês das eleições, Ciro Gomes (PPS), patina em torno dos 6% nas pesquisas de intenções de voto, pouco à frente do candidato do Prona, Enéas Carneiro e bem longe do segundo colocado, o petista Luiz Inácio Lula da Silva, com 22%.

A reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso torna-se a cada dia mais viável — a mais recente sondagem do Ibope dá-lhe 46% na preferência eleitoral.

Diante dos riscos e a convicção de que um “consenso brasileiro” é a única saída para o País, Mangabeira decidiu não esperar o século 21 para dar o segundo passo. “Consenso não é como uma negociação comercial, é uma mudança de idéias e corações, que passa também por conflitos”. Afinal, não é fácil encontrar o denominador comum que supere a divisão direita-esquerda, entre grupos e organizações de empresários e trabalhadores, representantes dos setores produtivos e governo.

“Para mim, Ciro Gomes é, sem dúvida, o melhor condutor para esse projeto, mas essa alternativa transcende a qualquer candidato. O País vai precisar dessa alternativa qualquer que seja o resultado da eleição”, disse Mangabeira, reconhecendo-se, no entanto, cético quanto a uma possível mudança de linha na atuação presidencial.

A seguir, pontos da alternativa de que fala esse professor, titular de Direito na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

FHC e o consenso

Se o atual presidente viesse a ser reeleito, ele teria razões para querer se reposicionar perante os olhos da história. Não como títere da plutocracia financeira e da oligarquia política nordestina — que são os sustentáculos hoje do regime — mas como catalisador de um novo consenso democratizante e desenvolvimentista do País.

Crise de confiança

Temos um problema psicológico e moral. O brasileiro, a elite brasileira, resignou-se a pensar pequeno e está vivendo uma crise de autoconfiança na sua capacidade. A idéia é esperar para ver o que acontece no mundo e se há uma nova onda no mundo, vindo dos EUA e da Europa, vamos pular em cima. Não podemos aguardar, vamos fazer a história.

Experimentalismo produtivo

A crise atual do mundo não é apenas financeira, é também econômica. A economia mundial está vivendo processos de mudança nos métodos de produção. Inovação permanente e aprendizagem contínua. Um novo padrão produtivo substitui o antigo, segundo o qual onde se compete não se coopera. Tanto as pequenas como as grandes empresas podem cooperar e competir ao mesmo tempo. A grande questão programática passa por essa mudança no padrão produtivo: esse experimentalismo vai prosperar apenas dentro de ilhas de vanguardismo produtivos, separadas do resto do setor produtivo do país ou se espalhar? Para que o mundo tenha um modelo democratizante de desenvolvimento, nós temos que superar esses fossos entre os setores de vanguarda e de retaguarda.

Poupança x produção

A causa mais profunda da instabilidade financeira é que há uma relação virtual entre a mobilização dos recursos financeiros e as atividades da economia real. Essa crise, além do aspecto financeiro, tem aspecto econômico: não existe poder de compra com uma base suficientemente ampla para manter o motor da produção. Ao mesmo tempo os estados são obrigados a fazer a compensação social dessa divisão, investindo em programas sociais que ofereçam às populações excluídas das vanguardas produtivas, o básico de segurança e assistência. É por isso que os Estados em todo o mundo estão vergados com o peso de dívidas financeiras e sociais que não conseguem arcar.

Maioria excluída

Tanto no seu aspecto financeiros quanto no seu aspecto econômico, a crise está ligada o fato de não haver ainda surgido no mundo uma forma dessa mudança no padrão produtivo que fosse verdadeiramente abrangente, que incluísse a maioria da população, desse a ela poder de compra efetivo e mantivesse o ritmo do crescimento econômico. Na ausência desta, uma grande parte dos recursos financeiros mobilizados no vão para o que é de fato um cassino e aí se dá a dinâmica da instabilidade financeira.

As respostas brasileiras à crise

Os dois projetos em curso (governo e oposição) são duas respostas inadequadas para a crise. O governo diz que temos que cumprir três tarefas: disciplinar as contas públicas, um ajuste fiscal e aumentar a eficiência do aparelho do Estado na gestão da política social. Se combinarmos essas três medidas com o cumprimento integral das privatizações e a abertura ao capital estrangeiro, ingressaríamos num novo ciclo de crescimento econômico.

A crítica básica que faço a esse modelo é que ele não satisfaz as condições mínimas para assegurar um novo ciclo de desenvolvimento no País que seja relativamente independente dos modismos e das estabilidades das finanças internacionais: se cumpríssemos esse receituário todo de Washington e de Davos, cresceríamos. A realidade é que os países que se tem submetido a esses receituários — Rússia e México — têm todos malogrados, às vezes dramaticamente.

A oposição e o milagre da multiplicação dos pães

Do lado da oposição oficial, de esquerda, hoje protagonizada pelo PT, a proposta tem base em três elementos. O primeiro e predominante é aquilo que há de mais antigo, o discurso de que vamos reativar a economia com dinheiro do Estado, quando sabemos que não há dinheiro. Já o segundo é corporativista, como as câmaras setoriais, e o terceiro é a assistência social: vamos assistir a todos. Esse é um discurso ilusório, que descamba para a idéia do milagre da multiplicação dos pães — imaginando promover o desenvolvimento com recursos que não estão lá.

A reeleição e a crise

O agravamento dessa crise internacional atingirá com maior força aquelas economias que apostaram tudo na salvação pelo capital estrangeiro, como a nossa. Não há nenhuma mecânica que possa levar à estabilidade. Após uma eventual reeleição, deverá haver aperto fiscal, numa situação de investimento público na área social já insustentavelmente baixo.

Esse aperto liquidará o restante da autoridade política do presidente. A elite produtiva do País muito provavelmente reagirá não por uma solução econômica e social, mas por uma solução política — a imposição de um falso parlamentarismo. No contexto brasileiro, é uma forma de concentrar o poder na classe política.

O consenso passo a passo

Um ajuste fiscal que enriqueça o Estado

Temos de aumentar, temporariamente, o ônus tributário, que já é alto no País. E redimensionar a forma da tributação, que incide sobre o consumo e desonere o salário e a produção. Num estágio inicial, damos um lugar privilegiado para o imposto sobre o valor agregado. O que importa é o quanto o Estado tem para gastar e investir e como é que

gasta e investe. Não há forma de arrecadar os recursos necessários a curto prazo pela via dos impostos redistribuidores e progressistas — o que importa é o resultado progressista, não o princípio progressista.

A reforma do regime cambial

Nosso problema básico não é a taxa, é o regime cambial. Eu proponho três elementos: iniciado o equacionamento do problema fiscal brasileiro, poderemos mudar para um regime de câmbio flexível. E esse regime pode ser antecedido por um período de transição, no que se amplia a banda cambial. O regime fixo engessa a política cambial e torna impossível se meditar sobre uma sobrevalorização sem precipitar ou agravar uma crise de confiança, colocando a moeda sob ameaça.

A segunda razão é que a administração do regime do câmbio fixo obriga o país a manter vastas e vultosas reservas e a necessidade de mantê-las faz parte da dinâmica do crescimento da bola de neve da dívida pública interna, além de destruir a capacidade do estado de investir no social e no desenvolvimento. A terceira razão é que o regime fixo tem um efeito perverso, inibir o uso da política monetária, a política da moeda e dos juros, jogando todo o peso da gestão macroeconômica sobre a política fiscal.

A reforma do sistema de poupança

O Brasil tem um nível muito baixo de poupança interna e o problema não é só de poupança pública. Não podemos elevar a poupança necessária apenas pelo ajuste fiscal, temos também de elevar a poupança privada. Teríamos de estreitar o vínculo entre poupança e produção.

Para isso temos que organizar o sistema de poupança compulsória no País, de acordo com a renda de cada um e combinada nos limites inferiores da renda com o seu complemento, a renda mínima garantida. E esta combinada com a generalização da participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, que valoriza o salário sem levar a uma dinâmica inflacionária. É essa mobilização dos recursos nacionais, pela elevação da poupança interna, é que vai nos permitir ficar em pé, de acordo com o princípio de que capital estrangeiro é quanto mais útil quanto menos se precisa dele, quanto mais desesperados nós estamos, menos recebemos o capital produtivo.

Política antidualista

É preciso enfrentar o fosso entre os setores produtivos de vanguarda e de retaguarda. O caminho é criar entre o governo e empresas um nível intermediário — unir fundos, bancos, centros de assistências, de caráter público e com grande independência de decisão e responsabilidade financeira. Esse é o modelo que foi seguido em algumas economias ricas para aumentar a agricultura.

Não é uma política dirigista, onde o governo escolha os bons, mas uma política que procure qualificar as empresas emergentes e sobretudo os empreendimentos da economia de retaguarda. Qualificá-los dar-lhes acesso ao capital, aos mercados e à tecnologia. O objetivo não é substituir o mercado, é democratizar o mercado. Não devemos aceitar a escolha entre os dois modelos que estão expostos no mundo — de um lado, o modelo americano, com um estado que meramente regula a existência das empresas e de outro, do

nordeste asiático, estado burocrático que formula políticas industriais e comerciais centralizadas. Precisamos ter um modelo experimentalista, participativo, descentralizado e uma política de coordenação.

Pré e pós-fordismo

Nós caminhamos para uma economia do pós-fordismo, voltada para inovações permanentes. O pós-fordismo repousa tipicamente sobre condições sociais e culturais do pré-fordismo. Um exemplo é a região do centro-norte da Itália. Lá há duas coisas que ajudam a emergência dessa economia pós-fordista, experimentalista, pequenas e médias empresas em rede de concorrência cooperativa: de um lado as tradições associativas muito densas (clubes, igrejas), o chamado capital social. E de outro, a tradição do trabalho artesanal, uma espécie de preparativo para o trabalho não padronizado da produção pós-fordista. Na grande maioria do mundo faltam essas condições e é tarefa da política desenvolver os equivalentes funcionais dessas condições. Equivale a dizer que o vanguardismo produtivo quando existe dentro de uma ilha, pouco precisa do estado. Mas quando se trata de expandir as suas fronteiras, aí sim a atuação do Estado é importante.

Conservadores x progressistas

Os conservadores não são os defensores do mercado, são aqueles que aceitam as instituições existentes. E os progressistas hoje no mundo não são os defensores do Estado, mas aqueles que argumentam que temos que inovar nas instituições para avançar na democracia e no experimentalismo. A posição conservadora é a posição dos social-democratas europeus, tal qual Jacques Delors — a única coisa que podemos aspirar é combinar a flexibilidade econômica do estilo americano

no com a proteção social do estilo europeu, mas dentro das instituições existentes. Esse progressivismo acaba sendo apenas a humanização do inevitável e não a invenção de uma verdadeira alternativa.

Minimalismo realista

A política brasileira se caracteriza por uma lamentação social generalizada, todo mundo diz que é contra as desigualdades... muitas vezes deformadas por propostas mirabolantes e desviadas pela idéia falsa do que o objetivo da política social é constituir igualdades. Igualdades vem das reformas estruturais, com investimento e educação. O objetivo da política social no curto prazo não é trazer o sonho de igualdade, é assegurar a capacitação das pessoas.

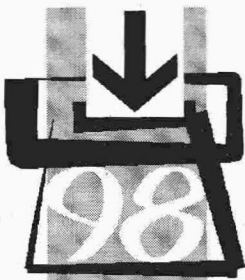
Cultura da desilusão política

É a idéia de organizar as bases de uma política democrática de alta energia. Não podemos ter no Brasil uma política de baixa energia, como nos EUA e na Europa, política do pouco faz. A idéia dominante no Atlântico Norte é que “a política se torna pequena para que as pessoas se tornem grande”. O quente migra para a cultura e a vida pessoal. Nós não estamos nessa condição, não estamos na Suíça ou na Suécia. Para nós é um desastre assimilar precocemente a cultura da desilusão política num país que não assegurou ainda as condições básicas da liberdade. Nós precisamos de uma política de alto engajamento cívico para que possamos ter uma política de conteúdo estrutural. Isto abrange as seguintes exigências: reformas que assegurem o nível alto e duradouro de participação cívica, com medidas práticas como financiamento público das campanhas eleitorais; reforma constitucional do Estado; choque libertário no País, fortalecendo os instrumentos disponíveis às pessoas para que conheçam seus direitos.

O velho confronto entre o estatismo e o privatismo está morrendo. Começa a ser substituído pelo conflito das formas institucionais alternativas, da democracia política, economia de mercado, da sociedade civil — o grande eixo emergente da divisão esquerda e direita não é mais Estado e mercado, é o eixo do conservadorismo institucional e do experimentalismo institucional. A social democracia conservadora e o neoliberalismo estão do mesmo lado, ambos reivindicam a necessidade da proteção social. O que falta é o outro lado dessa equação, começar uma inovação institucional que nos permitisse desenvolver um projeto rebelde, com a nossa própria cara.

Minoria grande

Há uma grande excitação subterrânea. É uma minoria, mas uma minoria grande. O sentimento existe, o que falta é a tradução desse desejo num projeto político.



Roberto Mangabeira Unger